



## SOCIEDADE ABERTA

## Perigo na Administração Pública



**A. Domingues de Azevedo**

Bastonário da  
Ordem dos Técnicos  
Oficiais de Contas

O debate sobre a reforma do Estado continua na ordem do dia, dominando todas as conversas.

No seguimento do artigo iniciado há 15 dias, entendo que a problemática da segurança dos postos de trabalho na administração pública é uma falsa questão, apenas se explicando em razão da mediocridade de quem a invoca.

Estou em crer que muitos dos que perderem o emprego, rapidamente vão encontrar novas oportunidades noutras empresas. Passo a concretizar o meu ponto de vista. Com efeito, um bom funcionário, zeloso do seu trabalho, com capacidade para construir, que antecipa problemas, que é capaz de escapar ao mundo mediano e ter novas visões, é cobiçado por todos os patrões do privado que admirem estas qualidades e queiram construir uma atividade sólida e rentável. Ora, se um funcionário com aquelas características, interessa aos privados, é porque consegue gerar com a sua atividade mais valias para além do salário que aufer, muitas vezes superior ao que a Administração Pública lhes paga. Acontece que o que temos assistido no Estado não é o melhor tónico para motivar os funcionários públicos, com o frequente enxovalhamento dos trabalhadores.

Não será de admirar que, com todo o respeito por essas profissões, tenhamos serralheiros a fazer leis, agricultores a dar consultas médicas e ladrões a fazerem segurança. Afigura-se quase inevitável uma diminuição da qualidade da administração pública, pois os mais competentes e capazes, vêem o seu posto de trabalho como uma fonte de realização do seu projeto de vida, recusando sujeitar-se às lamentáveis e tristes cenas a que temos assistido. Há muito que defendo a seguinte tese: o que é público, porque é de todos nós, tem de ser gerido pelos mais competentes e não por aqueles que tendo falhado no acesso a outros projetos de emprego, usem a administração pública como uma espécie de “cisterna” onde tudo cabe e tudo suporta.

Na verdade, perante um erro ocorrido no setor privado, embora com nefastas consequências na vida das pessoas, porque aumenta o desemprego e cria instabilidade social, os mais imediatos lesados são os titulares do capital. Ou seja, as pessoas que investiram nas empresas que, independentemente do modo como o capital se representa, nelas apostaram as suas economias e poupanças financeiras.

Já quando se cometem erros nas decisões da causa pública, não são os indivíduos “a” ou “b” os lesados com aquelas decisões, mas sim toda a sociedade que tem que arcar com o prejuízo. São todos os cidadãos que, direta ou indiretamente, sentirão os efeitos daquelas falhas comprometedoras.

Por isso, independentemente do que ganham, os funcionários públicos, cada com a sua missão no cômputo global, têm que ser os melhores de todos, porque gerem e assumem a responsabilidade dos bens públicos dos que vivem em comunidade. É neste contexto que se revela assustador esta conceção do papel do funcionário público e dos rótulos que lhe vão pondo de incompetente e “sanguessuga” da sociedade. Ele tem que ser, sob a orientação do governo, aquele que nos representa, aquele que zela pelos interesses dos cidadãos na gestão dos seus próprios bens, isto é, dos bens de todos nós. ■

Artigo redigido segundo o Novo Acordo Ortográfico